



## PARECER JURÍDICO N. 031/2024

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LICITAÇÃO DESERTA. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DEFINIDAS EM EDITAL DE LICITAÇÃO REALIZADA HÁ MENOS DE 1 (UM) ANO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI N. 14.133/2021. DECRETO MUNICIPAL N. 141/2023. PARECER FAVORÁVEL.

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Procuradoria para análise da contratação direta destinada a *serviços de tosquia em bovinos que farão parte da exposição do setor agropecuário na II EXPOCORDI*, a ocorrer entre os dias 04 a 07 de abril de 2024, no Município de Cordilheira Alta.

Na forma da ata de julgamento do Pregão Eletrônico n. 05/2024 anexa, a licitação lançada para esse objeto, cuja sessão pública se deu na data de 1º de março de 2024, foi declarada deserta pela pregoeira, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

O processo foi distribuído à Procuradoria para análise e emissão de parecer, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes documentos: 1) documento de formalização da demanda; 2) estudo técnico preliminar; 3) termo de referência; 4) parecer contábil; 5) termo de dispensa de licitação.

É o relatório.

### 2 – ABRANGÊNCIA

A presente manifestação tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria. Dessa forma, não se adentrará aos demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, cuja análise é de responsabilidade exclusiva dos órgãos competentes.





Delimitado o alcance deste parecer, passa-se à fundamentação.

### 3 – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, conforme dispõe o inciso XXI do art. 37, nos seguintes termos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Sucedo que, nada obstante a obrigatoriedade da contratação mediante licitação, o próprio dispositivo constitucional mencionado ressalva a possibilidade da existência de exceções à regra, desde que, consoante os seus termos, “especificados na legislação”.

Com efeito, a Constituição Federal admite a possibilidade de existirem casos previstos na lei em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório

A contratação direta ora em análise tem como fundamento o que dispõe o art. 75, III, “a”, da Lei n. 14.133/2021, com a seguinte dicção:



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:*

*a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;*

De fato, observa-se que o certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico n. 05/2024 foi declarado deserto, conforme ata de sessão anexa, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

Em vista disso, foi dado seguimento à formalização da contratação, agora mediante dispensa de licitação, considerando que o certame não produziu o resultado almejado.

Inexiste óbice ao procedimento instaurado, desde que a licitação tenha sido realizada há menos de 1 (um) ano e que sejam mantidas as mesmas condições definidas no anterior edital.

Nesse contexto, verifica-se que desde a publicação do edital de Pregão Eletrônico n. 05/2024 até a instauração deste procedimento de contratação direta não transcorreu prazo superior a um ano. Demais disso, a análise dos termos da dispensa denota que não houve alteração substancial das condições preestabelecidas no edital deserto.

Ademais, tem-se que a proposta ofertada neste procedimento de dispensa é compatível ao valor estimado pela pesquisa de preços como valor máximo a ser aceito pela Administração.





Observa-se, também, que a Administração se valeu das propostas obtidas na pesquisa de preços que serviu de base à formação de preço do referido procedimento, contudo nenhuma dessas empresas manifestou interesse na celebração do contrato, conforme consta na declaração anexa aos autos.

Desse modo, a empresa escolhida foi a Kowalski Promoção de Eventos Ltda, CNPJ n. 34.602.689/00001-46. As razões de escolha constam no item II do Ato de Dispensa de Licitação anexa.

Ademais, destaca-se que foram juntados aos autos justificativas e documento de formalização de demanda, bem como o termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

É digno de nota, ainda, que, nos casos de dispensa de licitação para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas, não se cogita a elaboração de novos ETP e TR.

Essa inteligência não merece rechaço, eis que, considerando que a contratação direta por dispensa de licitação deve observar todas as condições definidas no edital de licitação que restou fracassada ou deserta, não remanesce óbice à utilização do estudo técnico preliminar e o termo de referência do citado certame.

Diante de todo o exposto, caracterizada a situação prevista no art. 75, III, "a", da Lei n. 14.133/2021, bem como tendo em vista a regularidade do procedimento instaurado, nada obsta a continuidade do processo.

Assim, do ponto de vista formal, os atos praticados estão regulares.

#### 4 – CONCLUSÃO



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a Procuradoria-Geral, representada por seu procurador subscrito, no uso de suas atribuições legais, opina pela viabilidade jurídica desta dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, III, "a", da Lei n. 14.133/2021.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 27 de março de 2024.

**MADIAN ROMAN**  
**Procurador do Município**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



[juridico@pmcordi.sc.gov.br](mailto:juridico@pmcordi.sc.gov.br)



[www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)



(49) 3358-9100